

## *Diálogos no arquivo: luzes, manuscritos e editoras*

- *Entrevista com Luciane Medeiros<sup>1</sup>, chefe da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional*

Luz Pinheiro<sup>2</sup>

A fuga da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808 exigiu da colônia sua inserção nos parâmetros das cortes europeias. Dentre as diversas reformas e adaptações feitas no Rio de Janeiro, havia a ideia de receber e alojar os primeiros caixotes de livros e documentos, embarcados em 1810, que compunham a Real Biblioteca e a Biblioteca da Casa do Infantado, dedicada à educação dos príncipes. Ambas formaram o núcleo original da nossa Biblioteca Nacional. Quisemos perguntar a Luciane Medeiros mais sobre essa gênese da instituição, seu funcionamento e também os aspectos que mais interessam os pesquisadores em crítica genética: os acervos de manuscritos e as possibilidades de pesquisa.

Em relação à história, ela destacou o valor simbólico dessa “importação” das bibliotecas portuguesas: “Em 1755 houve um terremoto, seguido de incêndio, que destruiu a cidade de Lisboa – inclusive as bibliotecas. D. José I e seu ministro plenipotenciário Sebastião José de Carvalho e Mello – futuro marquês de Pombal – iniciaram os esforços para recompor o precioso acervo a partir de compra, herança e doações de obras impressas ou manuscritas. Mais que uma “livraria” a Real Biblioteca era símbolo das luzes, do esclarecimento da monarquia portuguesa. Importava garantir sua grandeza”.

Ela também se referiu aos detalhes desse transporte. Com as invasões napoleônicas, Portugal negociou com a Inglaterra o traslado da corte para o Rio de Janeiro. Com o príncipe regente D. João vieram cerca de 15 mil pessoas – número contestado por alguns historiadores – e em duas viagens, encaixotada em navios, a Real Biblioteca. Na última viagem veio também Luís Marrocos, o bibliotecário do rei. Em solo tupiniquim, a Real Biblioteca do Rio de Janeiro – ou da Corte, como ocorre em alguns documentos – teve como primeira sede o andar superior do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, local improvisado e inadequado. Num decreto de 29 de outubro de 1810 o príncipe regente autorizou a ampliação do espaço para que a Biblioteca ocupasse também o porão do edifício. Esta passou a ser a data oficial de sua criação.

Depois, ela nos contou que, com a separação política do Brasil, a Biblioteca e o próprio reconhecimento da independência brasileira foram comprados de Portugal. D. Pedro I pagou o valor exigido pelos portugueses: 76 mil contos de réis para assegurar a permanência do acervo no Rio de Janeiro.

Daí em diante, ao longo do século XIX, houve muitas mudanças. Passou a ser chamada Biblioteca Imperial e Pública. Mudou-se para um prédio um pouco mais adequado, no Largo da Lapa, centro do Rio de Janeiro – local onde hoje funciona a Escola de Música da UFRJ. Incorporou outras obras ao seu acervo original. Teve em frei Camilo de Montserrat e Ramiz Galvão dois dos seus principais diretores ao longo do Império. Avançou pela República e em 1910 foi contemplada com uma sede própria, planejada para abrigar seu precioso acervo, na reformada e moderna Cinelândia de Pereira Passos.

---

<sup>1</sup> Luciane Simões Medeiros está à frente da Divisão de Manuscritos desde novembro de 2015, é graduada em História e Arquivologia e fez pós-graduações em História do Brasil e em História da África e do Negro.

<sup>2</sup> Pós-Doutoranda pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista CAPES.

Entre os tesouros que compõem seu acervo, na Divisão de Manuscritos, Luciane Medeiros indica os livros de horas da Real Biblioteca, o Evangelho Grego (o manuscrito mais antigo da instituição), a coleção Alexandre Rodrigues Ferreira (naturalista baiano que permaneceu nove anos em expedição na região amazônica), bulas papais do século XV, entre outros.

Também quisemos perguntar sobre “cultura do documento” europeia que faz as bibliotecas serem vistas como guardiãs desse patrimônio, além de fomentadoras dos saberes por meio de pesquisa nos acervos. Diversos autores e associações (grupos de teatro, editoras, universidades, entre outros) doam seus manuscritos para bibliotecas a fim de garantir a preservação desse patrimônio. Isso também existe aqui? Para Luciane, no Brasil também existe uma preocupação e a Biblioteca Nacional é muito procurada por pessoas interessadas em doar acervos: “Mas entendo que é necessária uma maior divulgação para incrementar estas doações, dando visibilidade ao nosso trabalho de salvaguarda da memória documental brasileira e ao ato de cidadania em doar e contribuir para a construção do patrimônio cultural brasileiro”, afirma.

Já em relação à crítica genética, quisemos perguntar pelos documentos de processo, ou seja, manuscritos, partituras, jornais, diários, marginalia das bibliotecas dos autores, desenhos, esboços, enfim, documentos que apresentam traços do processo de criação de uma obra. Quais acervos de escritores brasileiros a biblioteca possui? Além dos escritores, quais outros artistas e associações estão disponíveis na Biblioteca Nacional?

Luciane Medeiros esclareceu que a Divisão de Manuscritos custodia o acervo de escritores como Carolina Maria de Jesus, Lima Barreto, Gonçalves Dias, Clarice Lispector, Coelho Neto, Olavo Bilac, Euclides da Cunha, entre outros. As correspondências e originais de textos são os grandes destaques dessas coleções.

Ela destacou que também há duas grandes coleções que se referem a teatro, que são a Conservatório Dramático Brasileiro e a Teatro Censura. A primeira é o acervo do Conservatório, criado em 1843 para “promover os estudos dramáticos e o melhoramento da cena brasileira, de modo que esta se tornasse a escola dos bons costumes e da língua”. A segunda é na verdade um arquivo produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, no governo Getúlio Vargas, e de Serviço de Censura a Diversões Públicas, do regime militar, que reúne centenas de peças teatrais censuradas e seus respectivos pareceres. Há também o acervo do crítico de arte Mario Pedrosa, que foi tratado a partir de um projeto patrocinado pelo Programa Petrobrás Artes Visuais. Ali há documentos referentes a sua atuação como professor, crítico de arte, militante político, jornalista, em diferentes suportes e formatos.

Mas os acervos não se limitam a manuscritos e documentos pessoais. A biblioteca também tem recebido acervos importantes de editoras, como é o caso da Editora José Olympio, que publicou no século XX os principais nomes da literatura brasileira. Quisemos saber quais as particularidades do acervo de uma editora tão emblemática para a história da literatura brasileira.

Luciane nos explicou que a coleção José Olympio foi doada pelos herdeiros de editor e pelos últimos administradores da editora: “Recebemos o arquivo administrativo da editora. Nele encontramos provas de capa de livros, das quais há artes feitas pelo artista Santa Rosa para a obra *Sagarana* de Guimarães Rosa, pastas com documentação pessoal dos autores, correspondência administrativa de José Olympio e seus irmãos Daniel Joaquim Pereira, Gabriel Athos Pereira e Antônio Olavo Pereira, com os autores publicados e outras personalidades do meio literário. Há cartas entre o titular e Gilberto Freyre, por exemplo, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Jorge Amado, entre outros.”

Finalmente, quisemos saber como um pesquisador pode obter auxílio para estudar os diferentes acervos da Biblioteca Nacional. Ela esclareceu que a pesquisa hoje é fomentada principalmente a partir das bolsas de estudo PNAP – Programa Nacional de Apoio à Pesquisa – concedidas a estudantes brasileiros ou estrangeiros. A ideia é desenvolver pesquisas que tenham como ponto de partida o acervo da instituição. O foco é em estudantes de graduação e pós-graduação, que tem a possibilidade de publicar seus trabalhos finais com a FBN.

O programa já tem cerca de doze anos e “sempre traz novos olhares sobre nosso acervo, numa relação bem produtiva para os pesquisadores e para a casa”. Assim, está feito convite aos nossos leitores para procurarem essa alternativa de fomento, para além das universidades e agências de pesquisa.